

**O TRATAMENTO DA CATEGORIA SUJEITO
NA 37ª EDIÇÃO DA MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA,
DE EVANILDO BECHARA**

Karoline Silva Angelici (UFF)
kahangelici@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo traçar um panorama crítico do modo como a categoria Sujeito é tratada na Moderna gramática portuguesa de Evanildo Bechara. A principal tarefa a que nos propomos é explicitar e refletir sobre as páginas dedicadas ao tratamento da noção de sujeito em Bechara, tendo em vista o contexto histórico no qual o autor e, por conseguinte, o pensamento linguístico por ele propagado se inserem. Assim, será possível compreender de que forma o tratamento da categoria em análise reflete a perspectiva de língua do autor e em que medida esta se coaduna com ou diverge do ideário linguístico à época. Para este trabalho, optamos por examinar a 37ª edição, publicada em 1999, uma vez que, nela há, de fato, modificações teóricas consideráveis. Além disso, cabe destacar que a proposta de periodização dos estudos linguísticos adotada como referência para o exame da obra será a de Cavaliere (2001).

Palavras-chave:

Historiografia. Sintaxe. Sujeito.

ABSTRACT

This work aims to provide a critical overview of the way in which the Subject category is treated in Evanildo Bechara's Modern Portuguese grammar. The main task we propose is to explain and reflect on the pages dedicated to the treatment of the notion of subject in Bechara, in view of the historical context in which the author and, consequently, the linguistic thought propagated by him are inserted. Thus, it will be possible to understand how the treatment of the category under analysis reflects the perspective of the author's language and to what extent it is consistent with or diverges from the linguistic ideas at the time. For this work, we chose to examine the 37th edition, published in 1999, since there are, in fact, considerable theoretical changes. In addition, it should be noted that the proposal for periodization of linguistic studies adopted as a reference for examining the work will be that of Cavaliere (2001).

Keywords:

Historiography. Syntax. Subject.

1. Considerações iniciais

Publicada em 1999, fruto de uma leitura amadurecida dos teóricos da linguagem, vem à luz “revista, ampliada e atualizada”, a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara; obra que, de acordo com a

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

proposta de periodização dos estudos linguísticos de Cavaliere (2001), é representativa do período linguístico (1941 aos dias atuais).

Conforme Metzeltin e Candeias (1990, p. 21), “para descrever e interpretar uma determinada língua utilizamos uma metalinguagem chamada gramática”. Esta, por sua vez, é composta “normalmente de conceitos definitórios e classificatórios (por exemplo: substantivo, sujeito, tema, etc.), de categorias (por exemplo: os substantivos, os sufixos, os monemas, etc.) e de regras”.

A noção de Sujeito, entendida como categoria gramatical, apesar de amplamente estudada, ainda não conta com critérios de definição e classificação pacíficos, o que justifica o estudo da categoria na Moderna Gramática Portuguesa, que, além de representativa do período linguístico no qual se insere foi amplamente utilizada no ensino do vernáculo, fazendo parte da bibliografia de diversos cursos de Letras no país.

Pretendemos demonstrar o modo como Bechara lida com essas definições, bem como sua concepção de língua, de sintaxe e da categoria Sujeito, à luz do período linguístico no qual a obra foi publicada, a fim de verificar em que medida ela reflete ou se afasta da visão de língua e de sintaxe que se tinha à época.

Para isso, analisaremos não só as definições de sujeito, mas também o tratamento das vozes verbais, do anacoluto e do sujeito indeterminado de maneira a destrinçar o tratamento do sujeito na gramática focalizada, levando em conta não só a categoria em si, mas também a abordagem de aspectos que podem ser reveladores da visão de sintaxe e de sujeito do autor, a fim de obter uma análise mais consistente.

2. Período Linguístico

Cavaliere (2001) organiza a produção linguística e filológica brasileira dividindo-a em períodos e considerando como marco nesse percurso eventos que de alguma forma impactaram a produção linguística no país e mudaram os rumos da abordagem da língua no Brasil. Para o autor, a produção linguística nacional compreende os seguintes períodos: embrionário (das origens até 1802); racionalista (de 1802 a 1881); científico (de 1881 a 1941); e linguístico (de 1941 aos nossos dias).

De acordo com Cavaliere 2001,

O ato de política educacional que maior repercussão provocou nos rumos dos estudos lingüísticos no Brasil certamente está na organização do curso de Letras da UDF, no final dos anos 1930, em cujo curriculum básico decidiu-se incluir a disciplina Lingüística Geral. Percebe-se, na época, uma noção inequívoca de que a lingüística merecia estudo teórico específico, emergindo como disciplina em nível superior e evidenciando-se como objeto da pesquisa universitária. (CAVALIERE, 2001, p. 62)

Cyranka (2014, p. 173) acrescenta que

[...] no final do século XIX, [ocorreu] uma primeira revolução científica. Podemos agora concluir que o corte saussureano constituiu, sem dúvida, o período do estabelecimento da ciência extraordinária, quando um novo paradigma foi encontrado. Os desdobramentos da abordagem estruturalista evidenciaram a reinstalação do período de ciência normal que, mais à frente, será novamente desestabilizada pelo surgimento do paradigma chomskyano.

Conforme demonstram os autores supracitados, embora tenha havido, ainda no período científico, uma ebulição nos estudos lingüísticos por conta do despontar do método histórico-comparativo, as teses do estruturalismo saussuriano dão início a um percurso que faz emergir correntes e teorias lingüísticas que marcam o início de um novo período no que respeita ao estudo da língua como objeto de análise científica.

Nesse sentido, os postulados saussurianos, como bem nos lembra Cyranka (2014), promovem um corte epistemológico, dando início a um novo ciclo, no que se refere aos estudos lingüísticos, em que emergem diversas teorias lingüísticas como o gerativismo, que desestabiliza a escola estruturalista, trazendo questões ligadas à competência lingüística e ao processo de aquisição da linguagem e, posteriormente, o funcionalismo, que se desenvolve na década de 70, focalizando a funcionalidade dos elementos lingüísticos na proposição e o entendimento das escolhas lingüísticas efetuadas pelo falante em face do discurso como condicionadoras da sintaxe.

É neste período, denominado lingüístico, marcado pela repercussão do *Curso de lingüística geral* e pela inserção da disciplina de lingüística geral no currículo do curso de Letras da UDF, que a Moderna Gramática Portuguesa é publicada, mais especificamente na segunda fase do período lingüístico, denominada fase diversificada, que se opõe ao período inicial, estruturalista.

Nessa segunda fase,

O foco da atenção sai das entranhas da gramática, para expandir-se no ambiente sem fronteiras dos usos lingüísticos. Cria-se, pois, um cenário

em que cooperam modelos teóricos díspares, não obstante tangentes, como o da sociolinguística laboviana, do funcionalismo inspirado no trabalho de T. Givón, na pragmática de Stephen Levison, a par do campo imenso aberto pela análise do discurso (em seus conhecidos ramos: o francês e o anglo-saxão), com significativa presença da semântica argumentativa inspirada no trabalho de Oswald Ducrot e Patrick Charaudeau, entre outros. (CAVALIERE, 2001, p. 67)

3. Características gerais da Moderna gramática portuguesa

A análise do prefácio da 37ª edição norteia o exame da gramática de Bechara, uma vez que antecipa algumas das influências teóricas do autor que se refletem na abordagem dos fatos gramaticais. “Verá facilmente o leitor que se trata de um novo livro”, afirma Bechara (1999, p. 19) na edição dedicada a Manuel Said Ali, Eugenio Coseriu, Herculano de Carvalho e Matoso Câmara Jr.

Na dedicatória, é possível observar a influência da tradição filológica, a que se somam as teses funcionalistas de Coseriu, frequentemente citado ao longo da obra, junto de Halliday, Saussure, Emílio Alarcos Llorach, Said Ali e Matoso Câmara, os dois últimos referenciados também na dedicatória.

Como se pode perceber, a gramática de Bechara exemplifica aqui o que Cavaliere (2014) denomina diversidade teórica, tendo como consequência a inaplicabilidade na educação básica, sendo restrita à consulta do estudante já iniciado no assunto, o que se opõe

diametralmente aos textos gramaticais de fundamentação filológica produzidos até a era pós-NGB. O motivo pode ser atribuído à consequente diversidade metalinguística que os aparatos teóricos igualmente diversos impõem, de tal sorte que ao professor de ensino básico só resta a alternativa de manter-se atrelado à antiga ordem metalinguística, coerente e simples, embora insuficiente e inadequada em alguns aspectos. (CAVALIERE, 2014, p. 20)

Se, por um lado, a base teórica fundada em modelos diversificados pode conferir maior amplitude no tratamento dos fatos linguísticos, uma vez que o autor pode se valer de aparatos teóricos diferentes e, por vezes, complementares para tratar dos fenômenos em questão, escolhendo aqueles o modelo teórico que lhe parece mais apropriado a cada contexto, por outro, as muitas teorias nas quais Bechara ampara a sua análise nem sempre conversam entre si, o que, em alguns casos, leva a

um descolamento entre a definição e a efetiva prática de análise do autor e a contradições entre algumas partes do texto.

É o que ocorre no seguinte trecho em que o autor conceitua a oração:

Pela sua estrutura, representa o objeto mais propício à análise gramatical [...] sem apelar fundamentalmente para o entorno. [...] É neste tipo de enunciado chamado oração que se alicerça, portanto, a gramática. (BECHARA, 1999, p. 407)

Definição que, ao excluir o entorno, ou seja, os elementos extralinguísticos possivelmente relacionados ao contexto de produção do texto, se opõe ao que afirma Bechara acerca do período: “unidade linguística que faz referência a uma experiência comunicada e que deve ser aceita e compreendida cabalmente pelo nosso interlocutor” (BECHARA, 1999, p. 406), explanação que reflete uma orientação funcionalista ao considerar a interpretabilidade e a aceitabilidade do enunciado como fatores determinantes para a sua realização.

4. O tratamento do sujeito na Moderna gramática portuguesa

Antes de adentrarmos o tratamento da categoria, cabe destacar que Bechara trabalha com a noção de sintaxe argumental, tomando o verbo como elemento nuclear e indispensável à oração, fato que elimina o problema relacionado à definição de sujeito como termo essencial da oração, mesmo havendo orações sem sujeito.

No que se refere à definição de sujeito, poder-se-ia dizer, embora o autor não utilize essa nomenclatura, que Bechara apresenta a ideia de sujeito expresso (ou lexicalizado, para usar as palavras do autor) e não expresso, não incluindo, por isso, nas definições da categoria o sujeito indeterminado como tipo de sujeito – sendo este tratado apenas na abordagem das vozes verbais – dado que esta é uma noção semântica, o que se opõe ao tratamento estritamente sintático até o momento destinado à categoria.

Cabe ressaltar também que na *Moderna gramática portuguesa* não são listados tipos de sujeito. Para o autor,

Chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração. É, na realidade, uma explicitação léxica do sujeito gramatical que o núcleo verbal da oração normalmente inclui como morfema número-pessoal. (1999, p. 409)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Compreende-se, então, a DNP como a inscrição gramatical do sujeito, sendo possível a sua não lexicalização, o que não é considerado elipse pelo autor.

Dessa definição, depreende-se que Bechara revela uma noção de sujeito gramatical que se aproxima, em certa medida, do que Halliday (1976) define como sujeito gramatical em contraste com os sujeitos lógico e psicológico, sendo o sujeito gramatical o termo que conserva com o verbo uma relação de concordância, definição que focaliza a face de fato sintática da categoria tripartida.

Além disso, conforme Bechara (1999), o sujeito lexical pressupõe o sujeito gramatical contido na DNP do verbo, sendo, portanto, lexicalizado apenas quando há necessidade, por razões discursivo-pragmáticas.

Outra questão que se coloca diante dessa definição é o entendimento do autor acerca da elipse. Para ele,

Não se pode falar a rigor em elipse do sujeito, quando aparece apenas o núcleo verbal da oração (estudo, brincamos), já que ele aparece sempre presente na forma verbal flexionada no morfema que representa o sujeito gramatical (1ª, 2ª e 3ª pessoas do plural e do singular). Trata-se, pelo contrário, da sua expansão ou não, mediante o sujeito explícito (quando há, é claro, relação predicativa referida, mas do texto, para a transmissão efetiva e clara da mensagem). (BECHARA, 1999, p. 409)

Assim, não haveria elipse uma vez que o sujeito não é suprimido, ao contrário, deixa de ser lexicalizado. Ao colocar o sujeito como uma explicitação da noção contida na DNP do verbo, contudo, há que se pensar nos verbos de terceira pessoa, que não apresentam DNP e que são impessoais quando servem, por exemplo, à expressão de eventos fenomenológicos aos quais não se pode atribuir sujeito, mas que podem também ser pessoais. Teríamos de admitir, nesse caso, que verbos de terceira pessoa, apesar de não apresentarem DNP, podem explicitar um sujeito ou não, como se verifica no contraste entre as seguintes orações: “chove muito aqui” e “João corre todos os dias na praia”, ambas com verbo na terceira pessoa do singular. Estando o sujeito contido na morfologia verbal, como explicar as orações que lexicalizam um sujeito que não está contido na desinência do verbo?

Há que se considerar também que essa definição precisaria desfrangar um pouco melhor o que seriam as questões pragmáticas e discursivas que levariam à lexicalização do sujeito e em que contextos isso ocorre, sobretudo porque o PB é hoje uma língua de sujeito nulo parcial, em que se percebe, contudo, cada vez mais a ocorrência do sujeito pro-

nominal expresso, mesmo em casos em que o verbo é colocado na primeira pessoa, indicando claramente pela DNP o sujeito gramatical.

No rol das definições relativas à categoria, Bechara reforça que

O Sujeito é uma noção gramatical, e não semântica, isto é, uma referência à realidade designada, como ocorre com as noções de agente e paciente. Assim, o sujeito não é necessariamente o agente do processo designado pelo núcleo verbal. (BECHARA, 1999, p. 409)

Chamou-nos a atenção também o fato de o autor distinguir as noções de voz passiva e passividade, que, segundo ele, não devem ser confundidas. Para Bechara, as vozes do verbo podem ser: ativa, “forma em que o verbo se apresenta para normalmente indicar que a pessoa a que se refere é o agente da ação – pessoa diz-se, neste caso, agente da ação verbal: eu escrevo a carta”; passiva, “forma verbal que indica que a pessoa é o objeto da ação verbal – a pessoa, neste caso, diz-se paciente da ação verbal: a carta é escrita por mim”; e reflexiva, “forma verbal que indica que ação verbal não passa a outro ser (negação da transitividade), podendo reverter-se ao próprio agente (sentido reflexivo propriamente dito), atuar reciprocamente entre mais de um agente (reflexivo recíproco), sentido de “passividade com se” e sentido de impessoalidade” (BECHARA, 1999, p. 223).

Cabe ressaltar que não há uma definição propriamente dita de vozes verbais. A voz verbal é conceituada aqui como uma forma de atribuição de papéis temáticos ao sujeito. A passividade, por outro lado, “pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa, se o verbo tiver sentido passivo” (BECHARA, 1999, p. 222). Como exemplo de passividade, o autor nos apresenta a seguinte oração: “os criminosos recebem o merecido castigo” (BECHARA, 1999, p. 222), em que se pode perceber claramente que o verbo não assume forma de voz passiva, estando na forma não marcada, ativa, mas o sujeito não é agente, e sim paciente do processo expresso pelo verbo.

Com isso, o autor reforça, mais uma vez, que o sujeito é uma noção sintática e que, assim como o sujeito, as vozes verbais também não devem ser definidas apenas com base em critérios semânticos, relacionados à atribuição de papéis temáticos, mas à forma como o verbo se apresenta na oração, se assume forma de voz passiva ou não, ainda que o sujeito possa ser paciente, o que configura passividade, mas não necessariamente voz passiva.

Ainda no que se refere às vozes verbais, Bechara comenta a concordância sujeito-verbo em setenças de voz passiva. Para o gramático, a flutuação na concordância “se deve à análise do conteúdo semântico da equivalência na designação, isto é, na referência à realidade percebida” (BECHARA, 1999, p. 433).

Tal explanação leva em conta a interpretação do conteúdo semântico como fator condicionante da sintaxe nessas estruturas, de sorte que uma construção como “alugam-se casas” seria equivalente a “casas estão sendo alugadas” (casa – sujeito paciente), ao passo que “aluga-se casas” seria equivalente a “alguém está alugando casas” (casas – OD paciente). – Interpretação impessoal (BECHARA, 1999, p. 433).

Dessa forma, o autor elimina os problemas de classificação do sujeito nos casos em que não há concordância na voz passiva. Entendemos que, no exemplo citado, tomando como base as explicações encontradas alhures na *Moderna gramática portuguesa* acerca do sujeito, em “aluga-se casas” o sujeito seria não lexicalizado e também não identificado pela desinência verbal, uma vez que a forma verbal em questão não apresenta DNP.

O autor esclarece que

O *se* como índice de indeterminação de sujeito – primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados de objeto direto –, estendeu seu papel aos transitivos diretos (onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal: Vendem-se casas = ‘alguém tem casa para vender’) e de ligação (É-se feliz). A passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo. (BECHARA, 1999)

É importante ressaltar, no entanto, que o trecho acima resolve a questão do ponto de vista semântico, porque o verbo “alugar”, que expressa uma ação, é atribuível a ser animado, mas que não se pode precisar, ou seja, que é indeterminado. Isso não resolve, porém, os problemas relacionados à classificação do sujeito gramatical na oração, uma vez que se tem um verbo de ação, de sujeito não expresso e não recuperável pela morfologia verbal. Nesse caso, como classificar sintaticamente esse tipo de sujeito?

Outra análise questionável é a da sentença “O banco só se abre às dez horas”, que, para Bechara 1999, p. 177, constitui “uma sentença de voz passiva, uma vez que não se pode atribuir o papel de agente, selecionado pelo verbo abrir a um sujeito inanimado”. Tal definição contradiz o

que o gramático afirma em outros trechos da obra acerca da distinção entre voz passiva e passividade, conceitos que, conforme ele nos alerta, não devem ser confundidos.

Na oração acima, acreditamos, o “se” é expletivo e pode ser retirando da oração sem que haja prejuízo semântico. Além disso, embora haja uma equivalência semântica entre a oração em questão e a seguinte: “o banco só é aberto às dez horas”, uma análise sintática cautelosa leva sempre em conta a estrutura posta e não as inúmeras possibilidades de se expressar semelhante conteúdo em outras roupagens.

Dessa maneira, embora haja, de fato, um teor de passividade, visto que nosso conhecimento de mundo elimina a hipótese de um banco realizar a ação de abrir, o verbo “abrir” na oração analisada não assume forma de voz passiva, pelo contrário, apresenta forma não marcada, típica da voz ativa.

Essa inconsistência no tratamento da voz passiva se manifesta também no trecho a seguir: “Note-se a diferença contextual entre Abriu-se a porta (voz passiva) e A porta abriu-se (voz ativa)” (BECHARA, 1999, p. 584-5). Dado que o que diferencia as construções referenciadas é apenas a posição dos elementos, o que seria, então, a voz passiva para Bechara? A troca dos elementos da oração não seria apenas um caso de topicalização de diferentes elementos da oração em contextos distintos, preferindo-se chamar atenção, no primeiro caso, para o paciente da ação e, no segundo, para a própria ação?

No que respeita ao tratamento da topicalização, Bechara mantém a clássica definição de anacoluto e pontua que

O anacoluto “é a quebra da estruturação lógica da oração: “Eu que era branca e linda, eis-me medonha e escura” [MB apud SS.1, § 536]. “Resultado esta anomalia em geral do fato de não poder a linguagem acompanhar o pensamento em que as ideias se sucedem rápidas e tumultuárias”. (BECHARA, 1999, p. 595)

Apesar de tratar como anomalia as sentenças anacolíticas, Bechara reconhece que a topicalização de elementos da oração está ligada a questões discursivas e pode ser usada para fins estilísticos. O autor associa, ainda, a preferência do falante pelo deslocamento à esquerda ou pela ordem direta à tipologia textual, como se pode observar a seguir:

Posto no rosto da oração um termo sobre o qual queremos chamar a atenção do nosso ouvinte, quebra-se a norma sintática e consegue-se o efeito estilístico desejado. Por um jogo natural de oposição, a ordem direta também pode assumir valor estilístico para traduzir situações do campo da

5. *Considerações finais*

A *Moderna gramática portuguesa*, como vimos, exemplifica o que Cavaliere (2014) denomina diversidade teórica, condição típica das obras publicadas no período linguístico, vigente até os dias de hoje, sobretudo no decorrer do século XX, que trouxe consigo uma gama de correntes linguísticas e de estudos na área da linguagem.

As teorias gerativista, estruturalista, funcionalista e toda a gama de saberes produzidos no início do século XX na Linguística resultam na produção de gramáticas de orientação teórica diversificada, como se pode notar em Bechara, que, ao tratar da oração, por exemplo, excluída de todo e qualquer contexto, oferece ao leitor uma análise de base estruturalista.

O foco na estrutura da oração, no entanto, não se mantém, por exemplo, na análise das sentenças de passiva com “se”, em que o autor considera a flutuação na concordância como resultado das diferentes formas de se interpretar o sintagma posposto à estrutura verbo + se, que pode ser interpretado como sujeito ou como objeto do verbo. Nesse caso, o entorno, ou seja, os fatores extralinguísticos, desprezados na definição de oração do autor, são reconhecidos como condicionadores da sintaxe da oração.

Fortemente influenciado pelo funcionalismo coseriano e abeberando-sedas teses de Saussure e Matoso Câmara Jr., sem, contudo, se desvincilhar por completo das influências da escola filológica precedente, Bechara aplica, em pequenas porções, as tendências assimiladas no tratamento de diversos fenômenos linguísticos.

No que respeita ao sujeito, pode-se dizer que a gramática analisada traz explanações muito bem resolvidas em muitos aspectos. É o caso, por exemplo, da própria definição de sujeito, na qual o autor frisa a ideia de que tal categoria é sintática, não devendo, portanto, ser classificada com base em critérios semânticos, recomendação reforçada pela distinção entre voz passiva e passividade.

Além disso, o modo como o autor conduz o tratamento do sujeito, trabalhando com a noção de sujeito lexicalizado e não lexicalizado, a ausência de uma listagem de tipos de sujeito e, conseqüentemente, a

exclusão do sujeito indeterminado do rol das elucidações acerca do sujeito contribui para o entendimento do leitor acerca do caráter sintático da categoria.

Por outro lado, o tratamento das sentenças anacolúlicas e dos casos em que algum elemento da oração é topicalizando, havendo, por isso, deslocamento à esquerda, está relacionado à funcionalidade discursiva de maneira pouco profunda. A abordagem desses fenômenos demonstra haver, ainda, uma compreensão de que se trata de anomalia, descuido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. Uma Proposta de Periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Alfa*, v., p. 49-69, São Paulo, 2001.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

CYRANKA, Lucia F. Mendonça. *Evolução dos Estudos Linguísticos*. *Revista Práticas de Linguagem*, v. 4, n. 2, p. 160-98, Juiz de Fora, jul./dez. 2014

METZELTIN, Michael. *Semântica e Sintaxe do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1990.